

3

Operaísmo italiano

No percurso para compreender a gênese do conceito de trabalho imaterial é necessário deter-se nas origens operaístas da quase totalidade dos idealizadores dessa hipótese formulada para avaliar as mutações do trabalho a partir das décadas de 1980 e 1990.

Propomos abordar neste capítulo, ainda que de forma breve, o desenvolvimento histórico do Operaísmo e algumas de suas teses centrais, não sem antes traçar um panorama histórico do movimento operário italiano e algumas de seus momentos marcantes.

Podemos destacar dois aspectos da matriz operaísta presente na reflexão dos jovens pensadores desse movimento. Em primeiro lugar, o Operaísmo enquanto pensamento marxista heterodoxo buscou desde sua origem retornar à leitura dos textos de Marx, dando relevo à figura da classe operária como sujeito político, daí a centralidade conferida à investigação da subjetividade operária e às lutas operárias.

Em segundo lugar, o Operaísmo retomou o compromisso com a constante prática revolucionária abandonada em grande parte pela ortodoxia marxista, especialmente pela tradicional esquerda italiana, que passou a defender uma transição gradual para o comunismo, portanto, sem revolução.

3.1

Efervescência italiana: as lutas operárias das décadas de 60 e 70

1968 entrou para a história como um ano de revolução. Uma revolução espontânea, que abandonou liderança, estratégia e estrutura, marcada por uma multiplicidade de lutas transversais, pois além da luta operária, emergiram manifestações outras, como os movimentos feminista, estudantil, negro etc.

A luta política do movimento operário, de modo particular, destacou-se como uma profunda contestação do capitalismo em seus princípios fundamentais – o modo de produção fundado na disciplina da fábrica e o Estado interventor

transformado em capital social – além de repúdio ao “socialismo real” e ao marxismo oficial dos Partidos Comunistas europeus.

Na Itália, berço do Operaísmo, a convulsão social atravessou as décadas de 1960 e 1970. Iniciou-se em 1960 com violentas manifestações antifascistas e após dura repressão, em fins de 1979, encerrou-se o ciclo de lutas.

Para compreender este intenso período de lutas, três aspectos do contexto político-econômico italiano de fins da década de 1950 devem ser levados em conta: o surto de industrialização por que passou a Itália, o chamado “milagre econômico italiano”; a conjuntura política que permitiu a permanência no governo do partido Democracia Cristã (DC) e sua progressiva aproximação do Partido Socialista Italiano (PSI); e a movimentação dos principais sindicatos nesse cenário¹.

3.1.1

Indústria, partido e sindicato

A Itália do pós-guerra viveu um período de crescimento econômico, que se intensificou a partir da segunda metade da década de 1950, com um intenso processo de industrialização, que restou conhecido como o “milagre econômico italiano”.

O processo de industrialização de perfil fordista se concentrou no norte do país, em especial no circuito Milão-Turim-Gênova. O parque industrial era diversificado, incluindo indústrias em atividade têxtil, automobilística, petroquímica, além da intensa construção civil.

Esse processo de industrialização encontrou um enorme reservatório de mão de obra com o fluxo de imigrações internas. O movimento migratório partia do sul, região em que predominava uma economia agrícola, com destino as cidades industrializadas do norte da Itália. Entre 1955 e 1971 os deslocamentos inter-regionais atingiram mais de nove milhões de pessoas, alcançando o ponto máximo entre os anos de 1958 e 1963. Entre 1963 e 1967 o fluxo migratório se

¹ Para apresentação desse contexto histórico, político e econômico utilizaremos principalmente o artigo de Marco Bascetta e outros: BASCETTA, M. et alli. Itália, 1960-1981: um laboratório político de la lucha de classes em la metrópoli capitalista. In. NEGRI, A. *Los libros de la autonomía obrera*. Madrid: Akal, 2004. pp. 339-377.

interrompeu quase por completo para ser retomado com um novo arranque econômico a partir 1967, e assim se manteve até 1971.

O espaço político-partidário italiano era dominado pela Democracia Cristã (DC), o maior partido político desde 1948. Em 1958, após a vitória nas eleições políticas, o então chefe de governo Amintore Fanfani tentou estabelecer aliança com o Partido Socialista Italiano (PSI), criando oportunidade para que os críticos em seu próprio partido conseguissem sobre ele uma esmagadora vitória, graças a uma combinação entre a direita de Andreotti e a esquerda de Aldo Moro.

Em março de 1960, o Presidente da República, Giovanni Gronchi, nomeou o democrata-cristão Fernando Tambroni para a formação de um novo governo. No mês seguinte, Tambroni conseguiu o voto de confiança da Câmara e, em sequência, do Senado, contanto para isso com o apoio do partido neofascista (MSI)².

Os dirigentes do partido neofascista, confiantes com a aproximação com o novo governo, elegeram Gênova para a conferência do partido. A cidade havia se destacado na resistência antifascista e a convenção do MSI foi encarada como uma grave provocação aos genoveses. Em 30 de junho de 1960, uma grande manifestação contra a Conferência terminou com intenso confronto entre manifestantes e a polícia. No mês seguinte, uma onda de manifestações se espalhou por toda Itália, resultando na morte de alguns manifestantes e muitos feridos. A crise foi amenizada com a demissão de Tambroni, abrindo espaço para a aliança de centro-esquerda, mas a tensão permaneceu no ar³.

² Após a guerra, os resquícios do fascismo italiano reagruparam-se em torno do partido Movimento Social Italiano (MSI). O MSI foi fundado em 26 de dezembro de 1946 para reunir ex-membros do regime fascista. Gradativamente, o partido neofascista aumentou seu apoio, principalmente no sul da Itália, contando com a participação de latifundiários que buscavam organização em resposta ao movimento de luta dos trabalhadores rurais. Arturo Michelini ingressou no Parlamento com votos das eleições gerais de 1953, e em seguida se tornou secretário da MSI. Nesse posto, em 1960, Michelini garantiu o apoio ao governo chefiado pelo democrata-cristão Fernando Tambroni.

³ “Nas manifestações de julho 1960 convergem passado e futuro. Foram, por um lado, o último ato da resistência antifascista, e por outro, o prólogo das lutas operárias que irromperiam no final da década. Os mesmos jovens operários que vestiam as ‘camisas listradas’ na linha de frente desses confrontos, serão, dois anos depois, os protagonistas da revolta da *Piazza Statuto* em Turim e posteriormente aqueles da explosão de lutas operárias de 1969.” BASCETTA, M et alli. Itália, 1960-1981: um laboratório político de la lucha de classes em la metrópoli capitalista. In. NEGRI, A. *Los libros de la autonomía obrera*. Madrid: Akal, 2004. p. 340 (tradução nossa). Consideração em linha semelhante é feita por Steve Wright: “O que é particularmente interessante sobre os confrontos, no entanto, é o papel determinante que desempenhou a mais recente geração de trabalhadores (Lerner, 1980: 38). Quase nenhum destes possuía idade suficiente para lembrar da Resistência, muito menos do domínio fascista - por que então foram às ruas com tal ferocidade?”. WRIGHT, S. *Storming Heaven: Class Composition and Struggle in Italian Autonomist Marxism*.

A DC gozava de folgada liderança entre as demais forças políticas mesmo sem apresentar um projeto político consistente. Seu principal dirigente, Aldo Moro, concentrou esforços para aproximar o DC do PSI, afastando o Partido Comunista Italiano (PCI). Por outro lado, Moro, para manter-se em acordo com o setor de direita do seu partido, apoiou a candidatura de Antonio Segni para Presidente da República. A manobra de Moro garantiu estabilidade política momentânea para o governo da DC, mas bloqueou qualquer movimento reformista, de modo que a década de 1960 transcorreu sem que a aliança centro-esquerda rendesse frutos. Mesmo se mantendo no governo durante o crítico período dos anos 1970, a DC continuou sem projeto político, desdobrando-se em governos de curta duração⁴.

A aproximação do PSI com a DC a partir de 1956 pôs fim a unidade da esquerda italiana. O Partido Comunista Italiano (PCI), o mais importante partido comunista do bloco ocidental, liderado por Togliatti até a sua morte em 1964, continuou vinculado à política soviética, da qual somente começou a se afastar progressivamente quando Longo assumiu o posto de Secretario Geral do Partido. Mantendo-se como oposição ao governo, quando emergiu o movimento estudantil em 1968, o PCI foi o primeiro partido a manifestar apoio.

Misturadas às disputas políticas estavam as disputas sindicais. Desde o pós-guerra, a Confederação Geral Italiana de Trabalho (CGIL), o maior sindicato italiano e vinculado ao PCI, passou a sofrer um persistente processo de repressão. O governo democrata-cristão, com apoio dos Estados Unidos e do Vaticano, conseguiu promover o isolamento da confederação sindical, o que ficou simbolizado pela perda, em 1955, da maioria entre os representantes sindicais eleitos para a comissão interna da FIAT⁵.

Em 1960, em meio às manifestações antifascistas, a CGIL convocou sozinha uma greve geral que parou o país. Rompido o isolamento, a CGIL passou a buscar união com os outros dois principais sindicatos, a Confederação Italiana Sindicato dos Trabalhadores (CISL), sindicato católico com estreitas relações com

London: Pluto Press, 2002. p. 35 (tradução nossa).

⁴ BASCETTA, M et alli. Itália, 1960-1981: um laboratório político de la lucha de classes em la metrópoli capitalista. In. NEGRI, A. *Los libros de la autonomía obrera*. Madrid: Akal, 2004. pp. 339-340 e 342.

⁵ WRIGHT, S. *Storming Heaven: Class Composition and Struggle in Italian Autonomist Marxism*. London: Pluto Press, 2002. p. 10.

a DC, e a União Italiana de Trabalhadores (UIL), ligado ao Partido Socialista Democrático Italiano (PSDI) e alas moderadas do PSI. Nesta época, os três sindicatos iniciaram tratativas para um processo de unificação, projeto este abandonado em 1967.

CGIL, CISL e UIL chegaram ao ano de 1968 vivendo um momento de crise de autoridade e representatividade. A estrutura sindical ainda era a mesma da década de 1950, baseada nas eleições para comissão interna das fábricas, através de lista de candidatos apresentada por cada um dos sindicatos e com votação restrita aos operários sindicalizados. Esta estrutura, que dependia fortemente das lideranças sindicais, não conseguia mais representar a nova composição da classe operária⁶.

Este era o cenário da Itália no início das lutas operárias das décadas de 1960 e 1970: um período de arranque industrial de modelo fordista associado a um intenso fluxo migratório interno em direção às áreas em expansão econômica situadas ao norte do país; um governo de centro-esquerda formado pela associação da Democracia Cristã e do Partido Socialista Italiano, que implicou no isolamento do Partido Comunista Italiano, sem possuir, contudo, um efetivo projeto político; e um relativo enfraquecimento dos sindicatos em razão de derrotas em movimentos grevistas da década anterior.

3.1.2

As lutas operárias na Itália

As lutas operárias na Itália, já sinalizadas nas manifestações antifascistas de 1960, intensificaram-se a partir dos acontecimentos de *Piazza Statuto*, ocorridos em 1962, radicalizando-se no fim da década de 1960, com os confrontos da “primavera de 69” e do “outono quente”, ambos no ano de 1969. Estendeu-se, ainda, por toda a década de 1970, com bombas e atentados que marcaram a “estratégia da tensão”. Apresentaremos os principais confrontos desse período turbulento.

⁶ BASCETTA, M et alli. Itália, 1960-1981: um laboratório político de la lucha de classes em la metrópoli capitalista. In. NEGRI, A. *Los libros de la autonomía obrera*. Madrid: Akal, 2004. p. 345

Turim, Piazza Statuto, maio de 1962.

1962 foi ano de renovação do acordo coletivo de trabalho entre os operários da metalurgia e a FIAT. Na década de 50 não se deflagrara nenhuma greve na FIAT, por um lado em razão da duríssima repressão por parte da administração fabril, por outro, devido às condições salariais que oferecia, em regra superiores à média da região.

No ano de 1962 a situação era diferente, a FIAT havia contratado milhares de imigrantes do sul do país, alterando a configuração do quadro de seus empregados, intensificara o ritmo de trabalho e acumulava perdas salariais. Em 13 de maio de 1962, para pressionar a direção da indústria a aceitar diversas reivindicações dos operários, convocou-se uma greve geral. A paralisação contou, de início, com baixa adesão dos operários, em especial, aqueles da maior fábrica da FIAT – Mirafiori⁷ –, como ocorrera nos anos anteriores.

UIL e SIDA (Sociedade Italiana do Automóvel), valendo-se da maioria obtida nas comissões internas, firmaram rapidamente e em separado um acordo com a administração da fábrica, deixando de lado algumas das questões mais relevantes para os operários, como o ritmo de trabalho, a disciplina da fábrica, etc.

Os operários indignados ocuparam a Praça Statuto em Turim e invadiram a seda da UIL. Com a violenta resposta da política, os manifestantes adotaram posição de confronto, armando barricadas e enfrentando os policiais com paus, pedras, barras de ferro e ferramentas de trabalho. O confronto resultou em 1.212 presos, 90 dos quais ficaram a disposição da Justiça, uma centena de processados à revelia e 169 feridos⁸.

As lutas que se organizaram espontaneamente entre os operários a partir do evento da *Piazza Statuto* deram início a um agitado processo de afastamento dos operários das regras e hierarquias do partido e do sindicato para fazer emergir

⁷ Melhor se apreender o impacto das greves na FIAT, observando as dimensões da fábrica FIAT Mirafiori, em Turim, a maior unidade fabril da FIAT em fins da década de 60. Ela ocupava uma área de quase três milhões de metros quadrados, possuía trinta e sete portas de entrada, distribuídas ao longo de quase dez quilômetros, vinte e dois quilômetros de estradas internas, quarenta quilômetros de linhas ferroviárias, quarenta quilômetros de linha de montagem, treze quilômetros de vias subterrâneas e uma população operária que poderia chegar a 60.000 pessoas. Cf. BASCETTA, M et alli. Itália, 1960-1981: um laboratório político de la lucha de classes em la metrópoli capitalista. In. NEGRI, A. *Los libros de la autonomía obrera*. Madrid: Akal, 2004. p. 341.

⁸ BASCETTA, M et alli. Itália, 1960-1981: um laboratório político de la lucha de classes em la metrópoli capitalista. In. NEGRI, A. *Los libros de la autonomía obrera*. Madrid: Akal, 2004. p. 349.

formas cada vez mais autônomas de organização.

Valdagno, abril de 1968.

A fábrica têxtil Marzotto era conhecida por realizar uma espécie de “capitalismo paternalista”. No entanto, na década de 1950, a fábrica passou por profunda reestruturação para implantação das técnicas tayloristas, o que lhe permitiu sair da crise financeira em que se encontrava. A elevação das metas de produtividade aliada à redução dos postos de trabalho fez com que um clima de indignação se instalasse entre os operários, de modo que em 1968 já não existia qualquer vestígio da relação anterior entre os empregados e o “bom patrão”.

Em 19 de abril de 1968, 6.000 operários grevistas organizados em piquetes na entrada da fábrica, enfrentaram a política e derrubaram a estátua do fundador, Gaetano Marzotto, símbolo do despotismo fabril⁹.

Porto Marghera, junho de 1968.

Em fins de 1967 e início de 1968, iniciaram-se as greves e piquetes no polo petroquímico de Porto Marghera, região do Vêneto.

As primeiras indústrias químicas estabeleceram-se em Marghera em meados da década de 1920. As instalações do polo petroquímico começaram a operar em 1951, com o auxílio da multinacional norte-americana Monsanto que vendeu às indústrias italianas maquinário e patentes. Em 1966, ocorreu a fusão entre as indústrias Edison e Montecatini nascendo a gigante Montedison, que empregava quase metade dos 30.000 operários ativos em Marghera.

A falta de regras rígidas para assegurar a salubridade nas indústrias permitiu que os danos à saúde dos operários se tornassem piores a cada dia, acidentes e intoxicação eram frequentes, mas os sindicatos não davam sinais de mobilização¹⁰.

⁹ Cf. livreto que acompanha o DVD *Porto Marghera – the last firebrands*. Disponível em: http://libcom.org/files/firebrands_booklet_2_horizontal.pdf. Acesso em 27 dez. 2012.

¹⁰ Em *De volta*, entrevistas de Negri a Anne Dufourmantelle, o filósofo italiano rememora Veneza em 1968: “morei em Veneza de 1963 a 1971 (...) foi lá que vivi 1968”; “A partir de 1963, começamos a organizar comitês de base e depois fizemos a primeira grande greve. Em 1968, reunimos os estudantes de Veneza e Pádua e os operários de Porto Marghera, e a coisa funcionou muito bem porque eles estavam permanentemente em contato há cerca de dez anos.”; “Depois de 1968, houve os acontecimentos do dia 1º de agosto de 1970, o primeiro dia de férias, ainda em Porto Marghera... É preciso lembrar que normalmente todo o tráfego do nordeste da Itália passa obrigatoriamente diante da zona industrial: os trens e os automóveis passam ao longo das fábricas

Contando com a participação dos estudantes nas paralisações, os operários reivindicavam, inicialmente, melhor ambiente de trabalho com a frase convocatória “saúde não se paga”.

Uma greve geral ocorreu em fim de junho de 1968, os operários de Porto Marghera postulavam aumento linear com bônus de produtividade de 5.000 liras para todos, sem distinção de categorias. O auge dos enfrentamentos ocorreu no mês de agosto, quando os grevistas ocuparam a vizinhança da cidade de Mestre, isolando-a do restante da província.

As lutas operárias em Porto Marghera foram se organizando até conquistar forma autônoma. Ainda no ano de 1967, alguns operários da indústria local e membros do grupo *Potere Operaio* de Veneza fundaram o Comitê Operário de Porto Marghera, inicialmente vinculado à CGIL. Em 1972, após rejeitarem as propostas do acordo coletivo de trabalho, os operários organizaram a Assembleia Autônoma de Porto Marghera, independente em relação aos partidos e sindicatos tradicionais e que funcionou até 1975.

Milão, dezembro de 1968.

Em fevereiro de 1968, operários da Pirelli-Bicocca de Milão organizaram por iniciativa própria o Comitê Unitário de Base (CUB). As greves de fevereiro que antecederam a renovação do acordo coletivo de trabalho contaram com a adesão de 60% dos trabalhadores, no entanto, os sindicatos (CISL e UIL, acompanhados pelo CGIL, esta por receio de romper a frágil unidade sindical) insistiram em encerrar rapidamente as negociações e acabaram por celebrar um acordo que concedia muito pouco aos operários.

Em junho e julho, por ação do Comitê, independentemente da participação dos sindicatos, os operários promoveram uma série de paralisações espontâneas para redução da jornada de trabalho. As paralisações prosseguiram até o mês de dezembro, quando a direção da Pirelli decidiu fechar a fábrica de Bicocca. Sob a

químicas. Bloqueando-se a passagem, a região fica totalmente paralisada. Havíamos montado barricadas por toda parte nas aldeias (...) Em Veneza, acabamos incendiando um trem de mercadorias que estava no meio da confusão. Foi uma das coisas mais incríveis que eu vi na vida, e Deus sabe o que eu vi! Hoje eu acho graça, mas era frequente um clima de violência extrema: em Porto Marghera, a dois quilômetros da mais linda cidade do mundo, centenas de operários morriam de câncer, literalmente envenenados pelo trabalho...” NEGRI, A. *De volta: abecedário biopolítico* [entrevistas a Anne Dufourmantelle]. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2006. pp. 199-201.

ameaça de invasão das instalações da fábrica pelos operários, um acordo foi firmado às pressas, no entanto, em janeiro de 1969, os operários retomaram as paralisações e reduções autônomas da jornada de trabalho como forma de protestos. O CUB funcionou até 1974.

Primavera de 1969.

1969 foi um ano decisivo para as lutas operárias em razão da intensidade e violência que os conflitos assumiram. Abril era época de renovação do acordo coletivo de trabalho na FIAT. Os operários rejeitaram tanto a liderança sindical quanto suas formas de luta. A reivindicação era por aumentos salariais iguais para todas as distintas categorias. A forma de luta eram as “greves selvagens” (wildcat strikes), greves repentinas e articuladas sem participação dos sindicatos. À frente do movimento ficou a assembleia de operários e estudantes.

O impasse nas negociações permaneceu até o momento em que a FIAT resolveu negociar diretamente com a assembleia operária, e em fins de junho um acordo foi firmado. No entanto, ainda que parte das reivindicações quanto a aumentos salariais tenha sido atendida, a diferença de reajustes entre categorias foi mantida, frustrando o movimento por igualdade. À época, existia na organização fabril uma série de categorias criando distinções salariais entre os empregados por conta de critérios como hierarquia e antiguidade. Como em 1969 a massa do movimento era composta pelos operários de menor hierarquia e mais jovens, a reivindicação por igualdade era tema de grande importância¹¹.

Turim, julho de 1969.

Em 3 julho de 1969, operários e estudantes enfrentaram a política após as manifestações organizadas pelos três principais sindicatos que haviam convocado a greve. Os grevistas reivindicavam o congelamento dos aluguéis na cidade de Turim onde a questão habitacional era particularmente grave em razão do afluxo

¹¹ BASCETTA, M et alli. Itália, 1960-1981: um laboratório político de la lucha de classes em la metrópoli capitalista. In. NEGRI, A. *Los libros de la autonomía obrera*. Madrid: Akal, 2004. p. 359. O igualitarismo foi um tipo de reivindicação que chegou ao movimento operário a partir das ocupações universitárias. As assembleias organizadas por estudantes e por operários assegurava o igualitarismo com participação direta, coletiva e paritária. No ambiente da fábrica, em princípio dos anos 1960, equiparou-se a remuneração de homens e mulheres, ainda que as mulheres continuassem a ocupar postos subordinados. As reivindicações pelo fim das hierarquias e igualdade salarial se tornaram mais expressivas em 1968 e 1969, quando o movimento operário era animado em sua maior parte pelos operários de mais baixa hierarquia.

de imigrantes. Como reação à intervenção das forças policiais, os manifestantes levantaram barricadas e enfrentaram a polícia em Corso Trajano, estendendo-se o conflito para outros bairros e até a noite.

Outono quente de 1969.

Na FIAT, após o período de férias coletivas, as greves continuaram como havia ocorrido na primavera. Um dos setores paralisado tinha posição estratégica e, em consequência, toda a produção foi bloqueada. Em resposta, a FIAT tomou a iniciativa de contratar temporariamente 40.000 operários, o que tornou ainda mais conflituosa a renovação não somente da convenção coletiva de trabalho dos metalúrgicos, mas também dos setores químicos e da construção.

As greves, manifestações e enfrentamentos prosseguiram. Em 28 de novembro, reuniram-se em Roma 100.000 metalúrgicos vindos de toda Itália para pressionar a confederação patronal, as negociações para a renovação da convenção coletiva foram mediadas pelo Ministro do Trabalho, Carlo Donat Cattin. Em dezembro, com o clima ainda mais tenso após as inúmeras mortes em *Piazza Fontana*, diante da pressão dos operários e do governo, a organização patronal aceitou em grande parte as demandas dos manifestantes.

Milão, Piazza Fontana, dezembro de 1969.

A explosão de uma bomba, em 12 de dezembro de 1969, na sede do Banco Nacional de Agricultura, deixou 16 mortos e 87 feridos. Foi o início de um ciclo de atentados. A imputação da polícia recaiu sobre a extrema esquerda, o que levou a prisão de diversos militantes. Uma investigação promovida de forma autônoma pelos movimentos extraparlamentares apontou a participação nos atentados de membros infiltrados da extrema direita. A década seguinte seria marcada por diversos atentados, resultando no que passou a ser chamado de “estratégia da tensão”.

Do ciclo de lutas que se estendeu pela década de 1960 e atingiu o auge de conflituosidade de 1969, alguns aspectos podem ser ressaltados. Primeiro, na medida em que se intensificou a repressão estatal, cresceu também a resistência violenta por parte dos operários, tornando frequentes prisões, ferimentos e mortes, ficava evidente que não havia qualquer intenção dos operários de recuar em suas

reivindicações. Em segundo lugar, o movimento operário paulatinamente se desligou dos sindicatos até alcançar formas de organização autônoma e manifestações espontâneas, contando com estudantes nas assembleias conjuntas. Terceiro, as lutas passaram progressivamente a englobar demandas que iam além da relação salarial, como igualitarismo, causas estudantis, questões de moradia e saúde.

3.2

Operaísmo e Autonomia Operária

O Operaísmo nasceu como produto e produtor das lutas operárias das décadas de 1960 e 1970. A crise do movimento operário oficial na Itália, associado ao cenário internacional de contestação do “socialismo real”¹², criou o momento oportuno para que dissidentes do PSI e PCI pudessem se lançar à tarefa de retomar a leitura da obra de Marx, aplicar sua crítica da economia política ao contexto italiano e confrontar *O Capital* com o estudo real da fábrica.

Se tomarmos o operaísmo como uma matriz de pensamento, tal qual proposto por Cesar Altamira, é possível dividi-lo em duas etapas¹³. A primeira que vai do seu nascimento no começo da década de 60, quando jovens dissidentes do PSI e do PCI tentaram aplicar a *Crítica da economia política* de Marx ao ambiente sociopolítico italiano, incluindo as publicações *Quaderni Rossi* e *Potere Operaio*, até as insurreições e ocupações das fábricas no verão de 1973, quando se dissolveu o movimento *Potere Operaio*. Nesta etapa as questões debatidas pelos representantes do movimento referiam-se principalmente à composição de classe estruturada em torno da figura do “operário-massa”, a centralidade das lutas de classe, e o papel da fábrica na organização do espaço social.

A segunda etapa compreende o período do desenvolvimento da *Autonomia Operaia*, quando as questões centrais passaram a ser a figura do “operário social” e a totalidade da sociedade como espaço de lutas.

¹² Externamente, dois episódios históricos foram marcantes, o fim do mito estalinista com o *Relatório Krushev*, documento que denunciava os crimes de Stalin e a invasão soviética na Hungria para reprimir o movimento revolucionário, ambos no ano de 1956. Na Itália, a era Togliatti, período em que PCI foi liderado por Palmiro Togliatti, chegou ao fim em 1964, com sua morte, o que permitiu ao PCI se afastar progressivamente da política soviética.

¹³ ALTAMIRA, C. *Os marxismos do novo século*. Trad. Leonora Corsini. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 121.

O Operaísmo como corrente de pensamento formou-se a partir da reunião de diversos personagens da jovem intelectualidade da esquerda italiana. O pontapé inicial para o movimento foi dado por Raniero Panzieri.

Em 1953, Panzieri ingressou no Comitê Central do PSI e no ano seguinte assumiu o cargo de Secretário Cultural. No início de 1957, após deixar o Comitê Central, tornou-se codiretor da revista do PSI *Mondo Operaio*, enxergando nela um veículo perfeito para uma reflexão crítica do marxismo corrente. Seu pensamento crítico, no entanto, não foi bem visto pelo Partido. No momento em que se deu a ascensão de Nenni e a aproximação entre o PSI e o governo democrata-cristão, Panzieri ficou cada vez mais isolado. No fim de 1959, deixou Roma para trabalhar na editora Einaudi, de Turim, onde passou a ter contato com um eclético grupo de ativistas políticos, como Vittorio Rieser, Danilo Dolci e Romano Alquati, que acabara de chegar de Cremona¹⁴.

Panzieri cercou-se de diversos jovens intelectuais igualmente empenhados na crítica ao marxismo oficial. Juntos organizaram o periódico *Quaderni Rossi*, que teve Panzieri como diretor e contou com redatores como Mario Tronti, Romano Alquati, Antonio Negri, Alberto Asor Rosa e Dario Lanzardo.

Quaderni Rossi foi criado como instrumento de divulgação de análises e estudos que buscavam dar conta dos novos espaços de luta que a classe operária italiana começava a ocupar. Segundo Panzieri, a tarefa fundamental era restaurar o marxismo em seu terreno natural, o de crítica permanente, algo que só poderia ser realizado após libertá-lo do controle das lideranças partidárias.

O primeiro número de *Quaderni Rossi* circulou na segunda metade de 1961. O periódico dedicou-se à divulgação dos estudos teóricos em duas linhas diferentes. A primeira, dedicada ao resgate da categoria “autonomia”, extraída do marxismo dissidente dos anos 1950, a segunda, referente à utilização da sociologia “burguesa” como instrumento de trabalho para a compreensão da realidade da classe operária¹⁵.

¹⁴ Nascido em Roma em 1921, Raniero Panzieri teve uma formação intelectual pouco comum para sua geração uma vez que não abrangeu nem idealismo nem historicismo. Em 1940, mudou-se para a Sicília onde se engajou nas lutas pela redistribuição de terras e trabalhou com Ernesto De Martino e Della Volpe Galvano, entre outros importantes intelectuais da esquerda àquela época. Com diversos outros intelectuais fundou *Quaderni Rossi*, que circulou entre 1961 e 1966. Morreu em outubro de 1964. Cf. WRIGHT, S. *Storming Heaven: Class Composition and Struggle in Italian Autonomist Marxism*. London: Pluto Press, 2002. pp. 16-21.

¹⁵ A sociologia desenvolvida em *Quaderni Rossi*, principalmente por Panzieri, formou-se a partir

O grupo que compunha o periódico era heterogêneo e as diferentes compreensões quanto às questões da classe e das lutas operárias não tardaram a emergir e se tornaram cada vez mais profundas. Um momento decisivo foi a avaliação dos conflitos da *Piazza Statuto*, no ano de 1962. Panziere considerou negativamente o movimento, diferentemente dos demais redatores da revista, tornando irreconciliável o desacordo quanto à ideia de organização operária autônoma e à relação que se deveria estabelecer entre movimento operário e os partidos e sindicatos.

O Operaísmo propriamente dito surgiu com a organização da revista *Classe Operaia*, fundada pelo grupo dissidente de *Quaderni Rossi*. O objeto da nova publicação era semelhante, continuar a investigação teórica quanto as principais categorias marxistas, mas também fortalecer a ação política dentro da fábrica.

Certas características fundamentais reuniam o grupo de editores em torno de *Classe Operaia*: a identificação da classe operária com o trabalho subordinado ao processo imediato da produção; ênfase para a luta salarial como terreno do conflito político; a insistência da classe operária como força motriz no interior sociedade capitalista¹⁶.

O periódico foi publicado até meados de 1967. Quando ocorreu a ruptura definitiva do grupo, parte de seus membros, Tronti em especial, ingressou no PCI, outra parte iniciou o movimento *Potere Operaio veneto-emiliano*, posteriormente *Potere Operaio*, que postulava uma organização operária autônoma.

Tronti e seus associados da esquerda romana, à época dissidentes do PCI, haviam se reunido à Panzieri e aos ativistas do norte da Itália quando da criação do periódico *Quaderni Rossi*. Até os últimos dias de seu envolvimento com esta revista, Tronti defendeu que a integração dos sindicatos ao programa de desenvolvimento da sociedade capitalista representava uma ameaça à luta operária. No entanto, com o que entendeu ser o declínio da luta operária na

do entrelaçamento da redescoberta de *O Capital* e da análise da recente evolução da ciência social. A abertura de Panzieri à análise sociológica deveu-se de modo especial ao que se pode chamar vagamente “sociologia radical italiana”, surgida no pós-guerra. Soma-se a isto a introdução na Itália da sociologia industrial, importado dos Estados Unidos, e a divulgação de trabalhos de escritores franceses, como Alain Touraine e Georges Friedmann, que ajudaram a vencer a inicial hostilidade à inovação norte-americana. Cf. WRIGHT, S. *Storming Heaven: Class Composition and Struggle in Italian Autonomist Marxism*. London: Pluto Press, 2002. p. 21-22.

¹⁶ WRIGHT, S. *Storming Heaven: Class Composition and Struggle in Italian Autonomist Marxism*. London: Pluto Press, 2002. p. 63.

indústria por volta do ano de 1964, reviu sua posição e passou a insistir na análise da luta sindical.

Entre os editores de *Classe Operaia* as questões em torno do papel do sindicato e do Partido nas lutas operárias permaneciam em aberto, embora houvesse, inicialmente, uma espécie de consenso no sentido de que até que as lutas operárias alcançassem uma forma política, retornar ao sindicato seria retornar ao plano de desenvolvimento do capital.

De fato, a situação dos sindicatos naquele momento era particularmente delicada. Os estudos em torno da questão do capital social ajudaram a demonstrar a função do sindicato como permanente colaborador para formação de uma estrutura burocrática da sociedade. Diante da falta de representatividade, era cada vez mais visível o desprezo dos operários para com os dirigentes sindicais.

Mesmo diante desse quadro, Tronti passou a sustentar que o caminho possível para a luta de classes seria unir Partido e sindicato através de uma espécie de “correia de transmissão”. Sua principal questão tornou-se, então, restaurar a organização política dos operários, fazendo isso através do Partido. O foco de Tronti se deslocou para a redenção do PCI, o que seria possível através de uma liderança reformista para reconstruí-lo como um “partido na fábrica”. Já em 1965, argumentou que a existência de grupos como *Classe Operaia* era sintomática da fraqueza do movimento operário e só poderiam sobreviver por curta duração. Retomando o tema dois anos depois, Tronti afirmou que as lutas em torno das condições de trabalho não traziam qualquer ameaça séria ao capitalismo¹⁷.

1968 marcou o início de um período de conflitos cada vez mais intensos que alcançou o auge no “outono quente” em 1969.

Com a dissolução do grupo organizado em torno da revista *Classe Operaia*, o movimento operaísta ficou praticamente limitado ao norte da Itália. Para os membros remanescentes, o período iniciado com os conflitos de Porto Marghera em 1968 foi fundamental para a organização do movimento *Potere Operaio veneto-emiliano*¹⁸.

¹⁷ Cf. WRIGHT, S. *Storming Heaven: Class Composition and Struggle in Italian Autonomist Marxism*. London: Pluto Press, 2002. p. 68-75. Tronti e outros dissidentes de *Classe Operaia*, com a tese “o Partido dentro e contra o Estado”, reingressaram no PCI, num movimento que ficou conhecido como “entrismo”.

¹⁸ *Potere Operaio* não foi o único grupo de natureza extraparlamentar a se constituir. No mesmo período surgiram diversos outros como *Avanguardia Operaia*, *Movimento Studentesco Milanese* e

No complexo petroquímico de Porto Marghera, o *Potere Operaio veneto-emiliano* pode contar com a adesão de jovens trabalhadores advindos das áreas periféricas e certo número de militantes do CGIL insatisfeitos com a atuação sindical. Pouco a pouco conseguiram organizar comitês operários autônomos.

Os militantes de *Potere Operaio* lançaram-se, então, numa intensa ação no âmbito das fábricas. O movimento afastou em definitivo qualquer possibilidade de retorno à luta sindical ou aproximação com o PCI, buscando sempre a organização de assembleias independentes de operários e estudantes.

O movimento *Potere Operaio* dissolveu-se em 1973 em razão das tensões provocadas pela própria dinâmica das lutas contra a reestruturação do capitalismo já em andamento e a dificuldade de resolver a relação entre autonomia – enquanto forma de evitar o confronto entre a centralização tácita e rigidez imposta pela organização sindical – e contrapoder – compreendido como construção de um espaço político no interior da fábrica sintetizada na apropriação da cadeia produtiva¹⁹.

3.2.1

Mulheres, estudantes e trabalhadores qualificados

Dentre os diversos movimentos da esquerda extraparlamentar, o *Potere Operaio* foi o que mais esteve aberto ao engajamento dos diversos sujeitos políticos que emergiram em meio às lutas de classes.

Potere Operaio contou com a participação das mulheres operárias, de modo mais significativo a partir de fevereiro 1970 com a presença de operárias recentemente contratadas pela FIAT. Dele também se aproximou o movimento *Lotta Femminista*, a principal organização das mulheres operárias, com origem em Vêneto, formado em 1972. Uma das mais notórias representantes do movimento foi Mariarosa Dalla Costa que em sua contribuição ao debate operaísta, propôs a tese segunda a qual, na realização do trabalho doméstico, as mulheres não só reduziam os custos de mão de obra necessária para a produção

o maior deles, *Lotta Continua*, todos tendo como característica a não vinculação a partido ou sindicato.

¹⁹ Cf. ALTAMIRA, C. *Os marxismos do novo século*. Trad. Leonora Corsini. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. pp. 122-123.

capitalista, como também, no cuidado doméstico, produziam mais-valia²⁰.

No artigo *O poder das mulheres e a subversão da comunidade*, escrito em conjunto com a norte-americana Selma James e publicado em 1971, Dalla Costa, ao examinar o papel das mulheres na produção de mais-valia, ressaltou três aspectos: (1) o trabalho doméstico não-remunerado, tido como improdutivo e atribuído à mulher na divisão do trabalho da sociedade capitalista, permite a liberação do homem para o processo direto de produção (“trabalho produtivo”), desta forma o homem se torna “livre” para o trabalho e para prover a manutenção do núcleo familiar e, portanto, reprodução da força de trabalho; (2) como resultado da imagem feminina de “mãe heroica e mulher feliz”, o alicerce do “lar doce lar”, a mulher se torna produtiva para a organização capitalista ao atuar como ponto de segurança e equilíbrio para as tensões sociais causadas pelo próprio capital; (3) no núcleo familiar a mulher é uma figura repressiva, disciplinador de todos os membros da família, ideológica e psicologicamente, ela é responsável pela reprodução da força de trabalho, de um lado, ao disciplinar as crianças que serão os operários de amanhã, de outro, ao disciplinar o marido para o trabalho cotidiano, já que este é o único provedor material do núcleo familiar e não poderá se recusar como força de trabalho. E conclui: “O desafio para o movimento das mulheres é encontrar formas de luta que, enquanto liberem as mulheres de casa, ao mesmo tempo, evitem, por um lado uma dupla escravidão e por outro previnam outro grau de controle capitalista e arregimentação”²¹.

Embora a participação feminina não tenha levado a avanços nos temas de gênero ou sexualidade, absorvidos pela questão da composição de classe e pelo problema da reprodução da força de trabalho, a presença das mulheres tornou-se importante ao contribuir para a reavaliação do conceito de classe a partir de meados da década de 1970, justamente para dar conta dos múltiplos atores sociais.

No contexto italiano o ano decisivo da manifestação dos estudantes foi 1969, em especial nos conflitos do “outono quente”. A principal organização dos estudantes no período de conflitos foi o *Movimento Studentesco*.

Ao romper com os tradicionais corpos estudantis, *Movimento Studentesco*

²⁰ Cf. WRIGHT, S. *Storming Heaven: Class Composition and Struggle in Italian Autonomist Marxism*. London: Pluto Press, 2002. pp. 134-135.

²¹ Cf. DALLA COSTA, M.; JAMES, S. *The Power of Women and the Subversion of the Community*. Disponível em: <http://libcom.org/library/power-women-subversion-community-della-costa-selma-james>. Acesso em: 08 jan. 2013 (tradução nossa).

procurou se organizar de forma autônoma através de assembleias com a mais estrita igualdade entre os participantes, o que influenciou profundamente as assembleias operárias.

Dentre os diversos movimentos operários foi o *Potere Operaio* que mais se aproximou do movimento estudantil, principalmente na medida em que os jovens ingressavam no sistema de trabalho fabril. Assim, para envolver os jovens estudantes nas causas operárias, o *Potere Operaio* passou a defender “o salário generalizado para todos”. A intenção do movimento era buscar meios pelos quais uma relação entre estudantes e operários pudesse se realizar fora do mundo acadêmico, mantendo-se nas imediações da fábrica²².

De todo modo, as questões estudantis permaneceram, em grande parte, marginais até meados da década de 1970, quando alguns operaístas começaram a repensar questões como a natureza do “trabalho intelectual”.

Além da participação das mulheres e dos estudantes no movimento operário, em especial no *Potere Operaio*, paulatinamente cresceu em importância a presença dos “trabalhadores técnicos”, mão de obra qualificada distribuída, principalmente, em dois polos industriais com maior atividade tecnológica, o primeiro no setor eletrônico de Milão, o segundo nas várias instalações de pesquisa industrial no Norte e Centro da Itália.

Esses trabalhadores ingressaram efetivamente nas mobilizações a partir de 1968, por reivindicações salariais e reorganização da produção. Mas as implicações referentes à natureza peculiar do seu trabalho permaneceram obscuras pelas lutas operárias do ponto de vista dos operários manuais de mais baixa qualificação que compunham a massa de integrantes do movimento operário.

Contudo, a participação dos “trabalhadores intelectuais”, assim como a dos estudantes na condição de força de trabalho em processo de qualificação, colocou questões importantes, particularmente quanto à nova composição de classe, que passariam a ser discutidas a partir da segunda metade da década de 1970.

Em 1973, o ciclo da experiência operaísta chegou ao fim. Tronti e outros dissidentes do grupo de editores de *Classe Operaia* haviam ingressado anos antes no PCI, defendendo o projeto de reformulá-lo. Negri e outros militantes que

²² ALTAMIRA, C. *Os marxismos do novo século*. Trad. Leonora Corsini. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 163.

fundaram o *Potere Operaio* iniciaram um novo momento de crítica radical à “forma-partido”, à “forma-Estado”, ultrapassando, gradativamente, a categoria do “operário-massa” para tratar da nova figura do “operário-social”, num movimento que recebeu o nome de *Autonomia Operaia*.

Novas linhas de investigações precisavam ser testadas, já que as lutas operárias, sem transcender as fronteiras da fábrica, ficaram isoladas enquanto as melhorias salariais conquistadas eram consumidas pela inflação e o desemprego crescia.

A *Autonomia Operaia* é definida por Altamira como um “verdadeiro arquipélago político”, um movimento “ideologicamente heterogêneo, territorialmente disperso, organizativamente fluido e politicamente marginal (...) Nunca conseguiu formar uma organização política nacional; menos ainda pode constituir-se na facção de massas das organizações armadas italianas dos anos 1970”²³.

O periódico *Rosso*, ligado a *Autonomia Operaia*, começou a buscar uma nova perspectiva, analisando questões como dominação sexual, natureza da família, marginalização das pessoas consideradas “anormais”, etc.

A *Autonomia Operaia* dissolveu-se diante da dificuldade de dar forma à nova configuração de classes que emergiu com a reestruturação do capitalismo ao longo dos anos 1980, e das divergências políticas entre os movimentos extraparlamentares de esquerda que insistiam em permanecer girando em torno da luta operária no interior da fábrica.

3.3

A temática operaísta

O Operaísmo se afirmou por sua originalidade teórica e irredutibilidade ao movimento operário oficial. Por outro lado, buscou dar consistência e forma aos debates em termos das lutas operárias que nas décadas de 1960 e 1970 atravessaram a sociedade italiana.

Propomos analisar algumas de suas teses mais relevantes e que deixaram traços na obra posteriormente desenvolvida por Negri, sobretudo no que se refere

²³ Cf. ALTAMIRA, C. *Os marxismos do novo século*. Trad. Leonora Corsini. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 123.

aos conceitos de trabalho imaterial e multidão.

3.3.1

Centralidade das lutas operárias

Dois aspectos aqui se relacionam: a composição da classe operária no processo de lutas e a centralidade que as lutas operárias têm na dinâmica do capital.

Em dois momentos Tronti se reporta a “junho de 1848”, em *Lenin na Inglaterra* e em *Maldito seja junho!*²⁴. E para que? Para sublinhar a constituição da classe operária como sujeito político a partir da Revolução de 1848, sujeito que se constituiu através das lutas de classes.

É uma ideia fundamental para o movimento operaísta que a composição da classe operária opera uma decomposição técnica do trabalho, a força de trabalho desaparece como mercadoria – há uma cisão entre trabalho vivo e trabalho morto –, para em seguida haver uma recomposição política que somente pode ocorrer no processo de lutas, daí a conhecida afirmação segundo a qual “a classe não luta porque existe, mas existe porque luta”.

Para o Operaísmo a luta de classes é decisiva não só por ser o processo no interior da qual a classe se constitui, mas por afirmar a dinâmica do capital, que não pode fazer isso por si. Uma das leituras mais expressivas promovidas pelos operaístas é aquela que confere primazia às lutas da classe operária. Considerar o desenvolvimento capitalista em primeiro lugar e somente depois as lutas operárias é, como afirma Tronti, um erro: “É preciso reverter o problema, mudar o sinal, e começar desde o princípio: e o princípio é a luta da classe operária”²⁵.

Ao invés de conceber a classe operária como polo passivo que reage ao poder do capital, são as transformações das formas de acumulação e exploração e o desenvolvimento capitalista que constituem resposta à insubordinação e à luta da classe trabalhadora.

No capítulo anterior, destacamos de que maneira Fordismo e

²⁴ Os dois ensaios compõem a obra *Operário e capital*, publicada pela primeira vez em 1966. Cf. TRONTI, M. *Obreros y capital*. Trad. Oscar Chávez Hernández, David Gamez Hernández, Carlos Prieto Del Campo. Madrid: Akal, 2001.

²⁵ TRONTI, M. *Lenine en Anglaterre*. Disponível em <http://multitudes.samizdat.net/Lenine-en-Anglaterre>. Acesso em: 03 jan. 2013 (tradução nossa).

Keynesianismo compunham um modelo de regulação da atividade produtiva baseado nas lutas operárias, de modo a representar que a pujança do capital é, em verdade, a pujança operária. Como Negri, Tronti coloca o movimento das lutas operárias no interior do capital como dinâmica autônoma.

Isto significa que a pressão da força de trabalho é capaz de obrigar o capital a modificar sua composição interna, que ela intervém no interior do capital como componente essencial do desenvolvimento capitalista, que ela empurra para frente, desde o interior, a produção capitalista e a faz transbordar em todas as relações externas da vida social.²⁶

O Operaísmo estabeleceu, assim, a primazia das lutas operárias como princípio de desenvolvimento do capital, de forma semelhante como mais adiante, na construção teórica do conceito de trabalho imaterial veremos a centralidade das lutas biopolíticas, por serem estas a afirmação da vida diante da ação parasitária do capital.

3.3.2

Crítica à distinção entre luta econômica e luta política

A centralidade das lutas de classes na dinâmica do capital significava que o desenvolvimento do capital somente poderia ser bem compreendido a partir de uma série de ciclos políticos que não necessariamente coincidiriam com os ritmos econômicos. De forma geral, compreendeu-se que o desenvolvimento do capital se desdobrava ao longo de uma cadeia conjuntural em que cada elo dessa cadeia poderia oferecer a oportunidade para um conflito aberto, para uma luta direta, um ato de força. Nesse sentido, desapareceu para os operários a distinção entre luta salarial e luta operária – a separação entre econômico e político. Na medida em que o salário tornou-se a variável fundamental do Fordismo, toda luta salarial passou a ser uma luta política.

Para o Operaísmo, não era mais cabia falar da distinção leninista clássica entre luta política e luta econômica, pois as relações fundamentais de poder na sociedade haviam sido incorporadas na esfera da produção.

A questão em torno da reunião das dimensões econômica e política foi

²⁶ TRONTI. M. *L'usine et la société*. Disponível em <http://multitudes.samizdat.net/L-usine-et-la-societe>. Acesso em: 03 jan. 2013 (tradução nossa).

retomada por Negri na forma de discussão sobre governo disciplinar e biopoder, na década de 1980, desta vez se aproximando de pensadores franceses, em especial Foucault, Deleuze e Guattari.

3.3.3

A recusa ao trabalho

A recusa ao trabalho esteve presente no dia-a-dia das lutas operárias. Nos confrontos de Porto Marghera, o Comitê Operário fez circular entre os operários a convocação com título *A recusa ao trabalho*²⁷. O manifesto deixa claro o objeto da luta operária:

(...) a revolução comunista não deve tornar mais justa a distribuição do lucro social, mas solapar as relações de produção capitalistas que criam o lucro. É preciso sim solapar um sistema social que faz com que as pessoas sejam obrigadas a trabalhar.²⁸

Contrariava-se com isso a apresentação que Marx faz do trabalho como atividade própria da natureza humana, quando afirma que, “antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. (...) Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza”²⁹.

Reconhecer o trabalho como elemento constitutivo da dignidade humana não deixa de indicar certa inspiração da ética burguesa quanto à dignidade do trabalho. Essa leitura foi recusada pelo Operaísmo³⁰.

Para a matriz operaísta, a exploração capitalista se funda precisamente em reduzir a vida ao trabalho, de modo que a recusa ao trabalho é a recusa à

²⁷ Comitato Operaio di Porto Marghera. A recusa do trabalho. Trad. SANTIAGO, H. In. *Cadernos de Ética e Filosofia Política* 19, 2/2011. pp. 259-265.

²⁸ Comitato Operaio di Porto Marghera. A recusa do trabalho. Trad. SANTIAGO, H. In. *Cadernos de Ética e Filosofia Política* 19, 2/2011. p. 260

²⁹ MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. Trad. Reginaldo Sant’Anna. 30 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. p. 211.

³⁰ O manifesto operário de Porto Marghera expressamente opõe-se à ideia da “dignidade do trabalho”: “Não é verdade que nesta sociedade sejamos livres. Somos livres só para nos levantar toda manhã e ir para o trabalho. Quem não trabalha não come! Isso é liberdade? Há uma coisa que impede a nossa liberdade: o trabalho; na realidade somos obrigados a trabalhar. O dito segundo o qual o trabalho enobrece é uma invenção patronal.” Comitato Operaio di Porto Marghera. A recusa do trabalho. Trad. SANTIAGO, H. In. *Cadernos de Ética e Filosofia Política* 19, 2/2011, p. 263.

exploração. Por tal razão os operaístas jamais propuseram a apropriação dos meios de produção.

A tese se fundava na concepção marxiana segundo a qual o capital organiza o trabalho e é obrigado a isto para criar valor, na medida em que o processo de produzir valor e o de produzir mais-valia depende do uso da força de trabalho, mercadoria que o capitalista compra do operário e integra à produção de mercadorias junto com os demais meios de produção (matéria-prima, instrumentos de trabalho, etc.)³¹.

Ao explorar o tema, Tronti diferencia no interior da forma capitalista de produção de mercadorias o processo de trabalho do processo de valorização. No primeiro, o trabalhador em sua atividade produtiva consome os meios de produção para criação de um valor de uso, ao passo que no segundo há não somente o consumo dos meios de produção, mas também se consome, como qualquer outra mercadoria, consome a própria força de trabalho para a produção de valor. O capitalista, no entanto, enxerga o processo de trabalho apenas como processo de valorização, e o trabalho é visto tão somente como força de trabalho, portanto, como capital³². Para a produção capitalista esta confusão não deve se desfazer, “é indispensável para a produção capitalista que a força de trabalho se apresente como trabalho puro e simples”³³.

É um duplo e contraditório aspecto que constitui a natureza da classe operária: trabalho e força de trabalho. O poder do capital está justamente em manter unido trabalho e força de trabalho, e com isso manter a classe operária no interior da estrutura de produção capitalista.

Eis o momento da recusa ao trabalho: “o trabalho deve considerar a força de trabalho como seu inimigo pessoal, na medida em que ela é mercadoria”³⁴.

³¹ Cf. MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. Trad. Reginaldo Sant’Anna. 30 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. p. 228

³² “O capitalista compra a força de trabalho e incorpora o trabalho, fermento vivo, aos elementos mortos constitutivos do processo de produção, os quais também lhe pertencem. Do seu ponto de vista, o processo de trabalho é apenas o consumo da mercadoria que comprou, a força de trabalho, que só pode consumir adicionando-lhe meios de produção.” MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. Trad. Reginaldo Sant’Anna. 30 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. p. 219

³³ TRONTI, M. *L’usine et la société*. Disponível em <http://multitudes.samizdat.net/L-usine-et-la-societe>. Acesso em: 03 jan. 2013 (tradução nossa). Neste artigo, Tronti apresenta detalhadamente o argumento segundo o qual “o trabalho torna-se a mediação necessária para que a *força de trabalho* se transforme em salário: em suma, a condição para que o trabalho vivo se apresente *apenas* como capital variável, e a força de trabalho apenas como *parte* do capital” (grifos no original).

³⁴ TRONTI, M. *L’usine et la société*. Disponível em <http://multitudes.samizdat.net/L-usine-et-la>

O processo revolucionário se abre com a separação entre classe operária e trabalho, portanto, separação do capital³⁵.

Para lutar contra o capital, a classe operária deve lutar contra si mesmo como capital. (...) Basta exasperar este ponto, basta organizar esta contradição, e o sistema capitalista deixará de funcionar, e o plano de capital começaram a marchar para trás, não como desenvolvimento social, mas como processo revolucionário. Luta operária contra o trabalho, luta do operário contra si mesmo como operário, recusa da força de trabalho a se converter em trabalho, recusa da massa operária ao uso da força de trabalho.³⁶

Com a recusa ao trabalho, a classe operária deixa de conceber a si mesma como objeto do processo de produção e se torna sujeito político, nega-se como força produtiva para se constituir em potência política³⁷.

Nessa perspectiva, a recusa ao trabalho vai além da greve na forma clássica. Esta representa recusar o poder de mando do capital como sujeito organizador da produção, um bloqueio momentâneo do processo de trabalho que compromete o curso do processo de valorização, mas que representa, de fato, a confirmação da forma de produção capitalista com a reivindicação de uma divisão mais justa dos benefícios do capital. Tronti propõe a recusa ao trabalho de forma ativa e coletiva, uma recusa política que tem como fundamento o reconhecimento da passividade como uma forma elementar e espontânea de recusa operária, uma “forma específica de auto-organização plenamente operária baseada na espontaneidade da passividade, organização sem organização, ou seja, organização operária sem institucionalização burguesa”³⁸.

Negri revisitará o tema da recusa como vontade de ser contra, apontando a deserção, êxodo e nomadismo como esvaziamento dos lugares de poder³⁹.

societe. Acesso em: 03 jan. 2013 (tradução nossa).

³⁵ TRONTI, M. *Obreros y capital*. Trad. Oscar Chávez Hernández, David Gamez Hernández, Carlos Prieto Del Campo. Madrid: Akal, 2001. p. 269 (tradução nossa)

³⁶ TRONTI, M. *Obreros y capital*. Trad. Oscar Chávez Hernández, David Gamez Hernández, Carlos Prieto Del Campo. Madrid: Akal, 2001. p. 269-270 (tradução nossa).

³⁷ TRONTI, M. *Obreros y capital*. Trad. Oscar Chávez Hernández, David Gamez Hernández, Carlos Prieto Del Campo. Madrid: Akal, 2001. p. 270 (tradução nossa).

³⁸ Tronti insistiu no que àquela época considerava ser a “única arma subversiva da classe operária”: a ameaça de eliminar a mediação operária da relação social da produção capitalista. “Não ser portadores nunca mais das necessidades do capital, nem mesmo sob a forma de demandas operárias; impor à classe dos capitalistas a apresentação de maneira direta de suas necessidades objetivas e continuar a rechaçá-las subjetivamente; obrigar os patrões a pedir, de tal forma que os operários, de forma ativa, quer dizer, de maneira organizada, possam dizer *no*”. TRONTI, M. *Obreros y capital*. Trad. Oscar Chávez Hernández, David Gamez Hernández, Carlos Prieto Del Campo. Madrid: Akal, 2001. p. 272 (tradução nossa).

³⁹ NEGRI, A.; HARDT, M. *Império*. Trad. Birilo Vargas, 9 ed. Rio de Janeiro: Record, 2010. p.

3.3.4

Do operário-massa ao operário social.

Repensar a subjetividade operária foi um dos principais temas do Operaísmo desde seus movimentos iniciais. Os editores do *Quaderni Rossi* já se preocupavam com o estudo da composição política da classe operária.

“Operário-massa” foi o termo usado pelos operaístas para tratar da subjetividade operária que emergiu com o Fordismo⁴⁰, referindo-se ao operário sem qualificação, em oposição ao chamado operário profissional que o antecede. O “operário-massa” deve ser compreendido a partir de sua tripla sujeição ao processo de produção capitalista: subordinado às técnicas tayloristas no trabalho da fábrica; sujeitado à organização da vida cotidiana e às relações salariais de tipo fordista; e submetido às relações político-econômica keynesianas.

Reportando-se à literatura operaísta, Steve Wright caracterizou o “operário-massa” a partir de três atributos: estava estendido no território, portanto, massificado; dava conta do trabalho simples; estava localizado no coração do processo de produção. Caracterizando-se como força de trabalho, o “operário-massa” era coletivamente indispensável, mas individualmente intercambiável, uma vez que não possuía nenhuma ligação de especialização com o processo de produção⁴¹.

Como expressão da subordinação do operário ao capital, o “operário-massa” não deveria continuar existindo. Para que a classe operária pudesse emergir como sujeito político seria necessária a decomposição técnica do “operário-massa” através da luta operária. A classe operária somente poderia se constituir enquanto negação do próprio “operário-massa”. Nesse contexto, a recusa ao trabalho coletivamente organizada representava uma expressão de poder para o “operário-massa” que se manifestava através de greves, sabotagens, absenteísmo, redução de produtividade etc.

A reação a este processo de lutas em que se fez presente a figura do

232.

⁴⁰ Sergio Bolonha teria sido o primeiro a utilizar termo em 1967, em um seminário em Pádua, querendo utilizá-lo para argumentar contra conceitos leninista de organização de classe. Cf. livreto que acompanha o DVD *Porto Marghera – the last firebrands*. Disponível em: http://libcom.org/files/firebrands_booklet_2_horizontal.pdf. Acesso em: 27 dez. 2012.

⁴¹ WRIGHT, S. *Storming Heaven: Class Composition and Struggle in Italian Autonomist Marxism*. London: Pluto Press, 2002. p. 107.

“operário-massa” iniciou-se na Itália em meados da década de 1960 com uma intensa reestruturação produtiva, constituindo progressivamente uma nova figura: o “operário-social”.

O primeiro operaísta a utilizar o termo “operário-social” foi Alquati⁴², no início dos anos 1970, para indicar a emergência de um novo sujeito operário que se sobrepunha ao “operário-massa”, como resultado do movimento de proletarianização e massificação do trabalho intelectual.

A construção conceitual em torno desse novo sujeito passou pela percepção dos acontecimentos a partir da segunda metade da década de 1970, não só a presença de grupos políticos diversos como as mulheres, estudantes e trabalhadores técnicos, mas também a crise econômica que se instalou na Itália, deixando para trás os anos do milagre econômico.

A proposta de uma abordagem a partir do conceito de “operário social” recusava a tese de separação entre setores produtivos e setores improdutivos e colocava no centro do processo de produção as novas figuras sociais cuja dimensão produtiva não dependia mais da inserção na relação salarial⁴³.

3.4

Ainda sobre as lutas operárias na Itália: estratégia da tensão, violência e derrota

As greves selvagens persistiram durante toda a década de 1970, num universo ainda mais complexo em razão da desorientação dos sindicatos frente às lutas operárias espontâneas e com diversos movimentos extraparlamentares. Persistiram também as manifestações nas universidades que conseguiam progressivamente influenciar as políticas educacionais. Ao longo década de 1970, as lutas operárias tenderam a uma maior radicalização no sentido da autonomia e da recusa ao trabalho.

Contudo, a configuração das forças sociais e políticas se alterava pouco a pouco. Entre os jovens o local de trabalho não era mais considerado o centro de

⁴² Segundo Wrigth, Alquati utilizou o termo operário social pela primeira vez no artigo 'Ulteriori note sull'universita e il territorio', in R. Alquati et al., *Universita di ceto medio e proletariato intellettuale* (s/d).

⁴³ COCCO, G. Introdução. In. LAZZARATO, M.; NEGRI, A. *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro, DP&A, 2001. p. 21.

sua existência, havia entre eles uma rejeição ou desgosto pelo trabalho, perdiam paulatinamente a identidade com trabalhador fabril. Fato relevante era a alta escolaridade dos jovens não mais dispostos a se subordinar às técnicas taylorista de produção ou deixar que suas vidas fossem consumidas pela disciplina da fábrica. Com isso passaram a buscar outros setores na economia em que pudessem se ocupar. Essas transformações tiveram como consequência a expansão do setor informal da economia e de serviços.

Algo semelhante aconteceu com o movimento feminista. Inicialmente absorvido pela luta operária, as mulheres passaram a defender suas bandeiras de forma independente, em especial quanto às questões de gênero e sexualidade, divórcio, direito de aborto, etc.

No cenário político, a instabilidade criou condições para que a direita recebesse boa votação nas eleições nacionais de 1972. No outono de 1973, o secretário do PCI, Enrico Berlinguer, propôs o chamado “compromisso histórico”, acordo entre os partidos de centro-esquerda que reuniu o PCI, o DC liderado por Aldo Moro e o PSI⁴⁴. Os movimentos extraparlamentares de esquerda se opuseram à aproximação do PCI a DC, mas a partir daquele momento era o PCI que se opunha aos movimentos *daquela esquerda*⁴⁵.

A ação do Estado ao longo dos anos 1970 foi no sentido de criar um clima de tensão na sociedade valendo-se, sobretudo, de movimentos de extrema direita. Na década de 1970 houve uma sucessão de atentados e explosões de bombas, com diversos mortos e feridos. Certos movimentos de esquerda passaram a adotar a tática da violência como *Brigate Rosse* e *Prima Linea*. O ápice desse estado de tensão se deu em 16 de março de 1978, quando Aldo Moro foi sequestrado pela Brigadas Vermelhas e após cinquenta e cinco dias de cativeiro foi morto, sem que as autoridades governamentais italianas ficassem sensíveis a qualquer negociação.

Na Itália, “Maio de 1968” durou uma década. Em 1977, o movimento estudantil viveu seus últimos momentos de intenso confronto. Em 1º de fevereiro,

⁴⁴ BASCETTA, M et alli. Itália, 1960-1981: um laboratório político de la lucha de classes em la metrópoli capitalista. In. NEGRI, A. *Los libros de la autonomía obrera*. Madrid: Akal, 2004. p. 373.

⁴⁵ Ao rememorar os acontecimentos da década de 1970, Negri afirma que “a direita e a esquerda estavam de acordo, era conveniente para todo mundo criminalizar um movimento social e político que lutava há mais de dez anos, dissolvendo-o no fenômeno marginal do terrorismo.” NEGRI, A. *De volta: abecedário biopolítico* [entrevistas a Anne Dufourmantelle]. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2006. p. 203.

a morte de um estudante por jovens neofascistas na Universidade de Roma provocou uma onda de protestos que terminou com troca de tiros entre estudantes e policiais. Em 17 de fevereiro, Luciano Lama, secretário geral da CGIL, foi expulso da Universidade de Roma. Em Bolonha, o assassinato de outro estudante foi o estopim para violentos enfrentamentos, motivo para que o Ministro do Interior autorizasse intervenção policial com uso de blindados. Durante a primavera de 1977, em Roma e em Milão, os conflitos se disseminaram. Em Bolonha, os estudantes organizaram uma conferência que contou com o apoio de diversos intelectuais franceses, entre eles Foucault, Deleuze e Guattari. Findo este período e em curto espaço de tempo, o movimento estudantil desapareceu do cenário das lutas sociais.

O último momento das lutas operárias ocorreu na FIAT no outono de 1980. Foram trinta e cinco dias de confrontos até 14 de outubro. Os conflitos se iniciaram quando a direção da FIAT anunciou a demissão de 14.196 empregados. A reação dos operários foi imediata, com paralisações da produção, manifestações e piquetes. A FIAT, apoiada pelo governo italiano, manteve a decisão de demitir os empregados e os substituiu por outros 23.000 contratados. Entre os demitidos estavam os líderes do movimento operário na fábrica.

Em 14 de outubro, diretores e empregados dos quadros intermediários organizaram uma manifestação em protesto à greve. Pela primeira vez se organizava um movimento contrário à luta operária, o que provocou forte impacto na opinião pública. Pressionados, os grevistas fecharam um acordo com a direção da FIAT com clara desvantagem para os operários. O controle das negociações que desde 1969 esteve em mãos dos operários retornou à organização patronal. O fracasso da greve na FIAT estendeu-se por toda a Itália⁴⁶.

A experiência italiana das lutas operárias com toda a vivência dos enfrentamentos no terreno das fábricas, as diversas subjetividades envolvidas, estudantes, mulheres, trabalhadores qualificados, somados à intensa produção intelectual da jovem vanguarda italiana encerrou-se no início da década de 1980.

Em fins dos anos 1970 e início dos 1980, centenas de militantes foram

⁴⁶ Cf. BASCETTA, M et alli. Itália, 1960-1981: um laboratório político de la lucha de classes em la metrópoli capitalista. In. NEGRI, A. *Los libros de la autonomía obrera*. Madrid: Akal, 2004. p. 374-377.

presos, condenados ou tiveram que se exilar. Negri foi preso em abril de 1979⁴⁷ e mantido em prisão preventiva até 1983 quando foi eleito deputado, o mandato fez com que além de ganhara liberdade obtivesse também imunidade parlamentar. Sua imunidade, no entanto, foi cassada pelos próprios deputados, obrigando-o a se refugiar na França. Buscando chamar a atenção para as questões deixadas em aberto após os *anos de chumbo*, Negri retornou à Itália em 1997 para cumprir o restante da pena a que fora condenado⁴⁸, sendo liberado definitivamente no ano de 2003.

Para Toni Negri, os anos de prisão e exílio entre 1979 e 1997 foram também uma oportunidade para aprofundar suas leituras da obra de Spinoza⁴⁹. A influência do filósofo holandês tornou-se fundamental para a gênese de conceitos como poder constituinte e multidão, desenvolvidos e difundidos nos anos seguintes.

Operaísmo e Autonomia Operária, enquanto teoria e prática, vitórias e derrota, constituíram a base a partir do qual Negri e demais pensadores envolvidos nesses movimentos construíram progressivamente a hipótese do trabalho imaterial como chave para a compreensão das mutações do trabalho a partir da década de 1990.

⁴⁷ Deleuze refere-se ao processo criminal instaurado contra Negri como uma verdadeira Inquisição: “Os juízes, ao longo do processo, têm continuamente deixado de apresentar suas evidências legais – nos foi dito para ‘ter paciência’. E, enquanto isso, os procedimentos do julgamento tomaram a forma de um ideológico debate sobre os escritos de Negri, em um espetáculo digno da Inquisição.” DELEUZE, G. Lettera aperta ai giudici di Negri. *La Repubblica*. Roma, 10 maio 1979. Artigo. Republicado em: DELEUZE, G. Lettre ouverte aux juges de Negri. In. *Deux régimes de fous: textes e entretiens 1979-1995*. Paris: Minuit, 2003. Tradução livre de Francisco Guimarães e Maurício Rocha.

⁴⁸ Em entrevista concedida à *Folha de São Paulo* em 1997, Negri falou da expectativa do retorno à Itália e da acusação que o levou a ser condenado e preso: “[Por que voltar à Itália?] É um ato político e pessoal. Minha intenção é resolver um problema pendente desde os anos 70. Há 200 pessoas que atuaram na luta armada que permanecem presas, sem contar as que estão no exílio.” “[De que maneira o sr. acredita que pode colaborar?] Minha decisão é gratuita. Eu não ganho nada com isso. Mas voltando para lá eu vou chamar a atenção para um problema que andava meio esquecido. É preciso colocar um fim aos anos de chumbo. Eu sei que minha atitude vai provocar um escândalo. “[O sr. é acusado de quê?] Minhas acusações foram mudadas duas vezes. Na primeira, fui condenado a 30 anos de prisão e depois a 12 anos. Eles me acusaram de insurreição armada. Depois, disseram que eu era o líder das Brigadas Vermelhas, da Autonomia Operária e de ter articulado atentados em Milão, Pádua e Turim no final dos anos 70.” NEGRI, A. Não ganho nada com isso. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 25 jun. 1997. Entrevista. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft250602.htm>. Acesso em: 21 abr. 2013.

⁴⁹ Duas publicações se destacam nesse período: *A anomalia Selvagem*, de 1981, e *O poder Constituinte*, de 1992. Outra obra desta fase é *Jó: a força do escravo* – no original “Il Lavoro di Giobbe” (O trabalho de Jó), de 1990. Nesta última, Negri reflete sobre dor, derrota e privação, mas também sobre potência e salvação.